



PODER JUDICIÁRIO
OUVIDORIA AGRÁRIA

RELATÓRIO
de *Gestão*

*Ouvidoria
Agrária*

2019 / 2021

Sumário

<i>Palavra do Ouvidor</i>	03
<i>Apresentação</i>	05
<i>Da área de atuação</i>	06
<i>Da composição</i>	07
<i>Das Comissões</i>	09
1. Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários	09
2. Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem	13
<i>Dos Resultados</i>	16
<i>Dos Avanços</i>	18
1. Novas Instalações da Ouvidoria Agrária	18
2. Participação dos Juizes Agrários nas Reuniões	18
3. Transmissão das reuniões ao vivo e em tempo real	18
4. Implementação do Espaço de Leitura na Ouvidoria Agrária	19
5. Realização de reuniões por videoconferência	19
6. Relatório semanal de produtividade dos servidores	19
7. Atualização do conteúdo do Portal da Ouvidoria Agrária	19
8. Criação do Projeto de Lei da Ouvidoria Fundiária	19
9. Galeria dos Ouvidores Agrários	20
<i>Dos ganhos ao Judiciário</i>	22
<i>Dos Projetos</i>	23
<i>Agradecimentos</i>	24

Palavra do Ouvidor

Em 2019, a convite do Desembargador Leonardo de Noronha Tavares, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, durante o biênio 2019-2021, assumi o cargo de Ouvidor Agrário, que ocorreu em março do mesmo ano, continuando na gestão da atual presidente do TJE, Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro.

Precurssionaram nesse diapasão o saudoso Desembargador Otávio Marcelino Maciel (in memoriam), o primeiro Ouvidor Agrário do TJPEA, o Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Junior, a Desembargadora



Des. Mairton Marques Carneiro,
Ouvidor Agrário do TJPA

Rosi Maria Gomes de Farias, dialogando com as instituições públicas fundiárias, voltados a promoção da paz social no campo.

Ao longo de sua existência, a Ouvidoria Agrária vem atuando de forma pacificadora em meio a ocorrência de conflitos envolvendo o homem no

campo, problema este que é um dos mais antigos do país, ocorrendo de geração em geração e que continuam causando dor e sofrimento às famílias dos envolvidos.

No entanto, novas demandas em diferentes contextos sociais, tanto no âmbito rural quanto no urbano, forçam-nos a criar novos canais de comunicação e novas dinâmicas de enfrentamento a esses conflitos, sempre levando em consideração a sustentabilidade para o melhor uso da terra.

A Ouvidoria Agrária se preocupa com a sustentabilidade, ainda que seja entrave nas discussões em diferentes contextos sociais no âmbito rural, oportunizando a capacitação das famílias, dando ressignificado ao seu desenvolvimento e permitindo melhor uso da terra, em cada localidade.

Assim, visando o bom atendimento ao cidadão, é que a Ouvidoria Agrária vem se aperfeiçoando e acompanhando as mudanças recorrentes no meio agrário, transformando a vida das famílias envolvidas nesse processo.

Nesse contexto, reafirmo meu compromisso perante a sociedade paraense em cumprir com essa missão a qual me foi confiada, da melhor forma possível, colocando em primeiro lugar o bem estar de todas as pessoas que são tocadas pelo trabalho da Ouvidoria Agrária do Estado do Pará.

Assim, contamos com você também para o desenvolvimento de uma Ouvidoria Agrária mais forte, que seja eficaz no atendimento da sua manifestação e relevância merecida.

Des. Mairton Marques Carneiro,
Ouvidor Agrário do TJPA

Apresentação

Sob a perspectiva de enfrentamento para melhor prestação de serviço para a sociedade, a Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no bienio de 2019-2021, sofreu relevantes mudanças na sua estrutura organizacional.

O objetivo deste relatório é demonstrar as ações e incrementos que foram realizados a frente dos macrodesafios institucionais, somados aos esforços permanentes para o fortalecimento das políticas fundiárias, voltados para o homem do campo, garantindo, sobretudo, os direitos fundamentais.

As ferramentas tecnológicas avançaram e alavancaram com a pandemia e, nesse diapasão, a Ouvidoria Agrária aliou-se a nova onda, garantindo a continuidade na prestação dos serviços, dentro dos limites estabelecidos pelos órgãos de saúde e Conselho Nacional de Justiça, contribuindo com resultados proativos, mantendo diálogo permanente com a sociedade civil, associações e os órgãos fundiários, nossos parceiros.

Da área de atuação

Orientar ao homem do campo nas políticas fundiárias públicas, atribuições e serviços; acolher denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios;

Participar de reuniões internas e externas, de Grupos de Trabalho, de Seminários, de Fóruns e de Comissões, com vistas a contribuir para o desenvolvimento em prol dos trabalhadores rurais e para o aprimoramento e transparência dos serviços prestados pela Instituição;

Realizar visitas in loco, se necessário, para contribuir na mediação de conflitos, respeitando os poderes constituídos.

Acolher reclamações, sugestões, elogios e pedidos de acesso à informações no âmbito do Poder Judiciário, bem como denúncias de violações de direitos fundamentais do homem;

Responder aos interessados nas demandas relacionadas ao meio rural, requeridas no portal “Fale com o Ouvidor”;

Acompanhar os pedidos de providências até a solução que o caso requer;

Sugerir a adoção de medidas visando o aperfeiçoamento na prestação do serviço público;

Da composição

Integram a estrutura funcional da Ouvidoria, conforme a Lei nº 6.437/2002, os seguintes cargos:

I – Ouvidor Agrário

II – 3 (três) cargos de Assessor

III – 3 (três) cargos de Assistente Judiciário

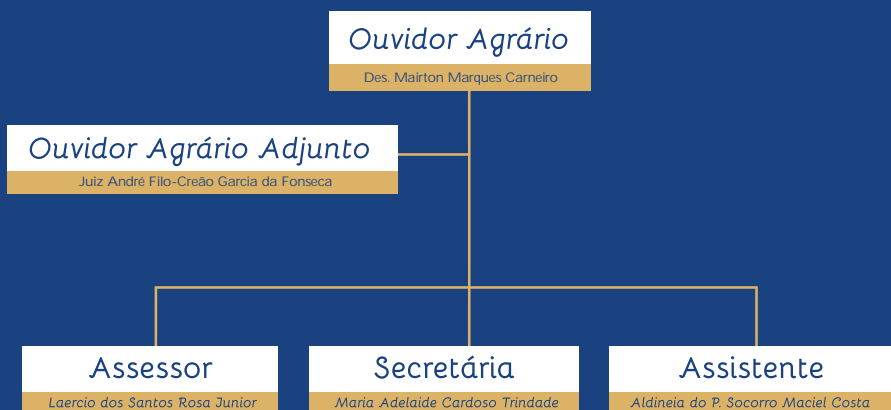
IV – 2 (dois) cargos de provimento efetivo e Auxiliar Judiciário

Na Lei Estadual nº 7.505/2011, pub. em 15/04/2011, art. 2º, parágrafo único, foram transpostos da Ouvidoria Agrária para a Ouvidoria Judiciária, 01 (um) cargo comissionado de assessoramento superior e 01 (um) cargo comissionado judiciário intermediário.



Na gestão do Des. Mairton Marques Carneiro, o organograma da Ouvidoria Agrária, recebeu nova maneira de organização, para garantir que seus funcionários realizem suas funções da melhor forma possível, conforme a Figura 1:

Figura 1 - Quadro funcional da Ouvidoria Agrária



Das comissões

Diante da constante disputa pela terra e pelos recursos hídricos, que são as principais causas da violência no campo, da expansão do agronegócio, da mineração e de grandes obras de infraestrutura, onde a impunidade impera nestes conflitos, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, através da Ouvidoria Agrária, tem envidado esforços para o desenvolvimento de ações que promovam o combate a violência no campo e a Regularização Fundiária por meio de uma gestão transparente, pactuando sempre com as autoridades governamentais federal, estadual, municipal e sociedade civil. Este contexto, destacam-se:

1. Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários - CMCF

Criada pelo Decreto Lei nº 2.410/1997, do Governo do Estado, a Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários por seus integrantes, promovem ações de enfrentamento voltados ao conflito agrário.

Estão incluídos conflitos agrários em terras indígenas, quilombolas e áreas de garimpos, um dos maiores entraves na política fundiária do Pará.

A Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários (CMCF), teve pleno funcionamento na sua origem, tendo como Coordenador o saudoso Desembargador Otávio Marcelino Maciel, que durante o exercício tratou inúmeras mediações no Estado do Pará, conforme ATAS arquivadas na Secretaria da Ouvidoria Agrária.

A presença do Ouvidor Agrário Nacional - Desembargador Gercino Filho, nas mediações ocorridas no Estado do Pará, acompanhado pelo ex-Ouvidor Agrário, Des. Otávio Maciel (in memorian) ganharam força nos trabalhos da Comissão, promovendo a paz no campo.

Com a extinção da Ouvidoria Agrária Nacional no então Ministério do Desenvolvimento Agrário em dezembro de 2016, houve o enfraquecimento dos órgãos gestores e aumento da violência no campo.

Como boa prática, a CMCF foi reativada em 2018, pelo Decreto s/n, no governo do Dr. Simão Jatene, atendendo o pleito dos membros da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Aperfeiçoamento das Questões Ligadas a Grilagem.

No ano de 2019 se destacou nas demandas promovidas por trabalhadores rurais, assentados, associações, sociedade civil, órgãos públicos fundiários, que passaram a ser recebidas na Ouvidoria Agrária de forma física ou digital, como Pedido de Providências.



Dela compõem o Ouvidor Agrário como Coordenador, instituições federais, estaduais e representantes da sociedade civil, tais como: representantes do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Procuradoria Geral do Estado (PGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério Público Estadual (MPE), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado (DPE), Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Pará(OABPA), Conselho de Segurança Pública do Estado do Pará (CONSEP), Tribunal de Justiça do Estado (TJE), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) , Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Membros componentes da Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários

ÓRGÃOS DA CMCF	MEMBROS
Coordenador: OUVIDOR AGRÁRIO	Des. MAIRTON MARQUES CARNEIRO
ITERPA – Instituto de Terras do Pará	TIAÇO FERREIRA (Titular)
PGE – Procuradoria Geral do Estado	MARLON AURÉLIO TAPAJÓS ARAÚJO (titular) TÁTILLA PASSOS BRITO (suplente)
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Belem - JOSÉ BELMIRO TORRES ABUCATER (titular) Belém - MURILO LORENZONI ALMEIDA (suplente) Marabá - WELLINGTON BEZERRA DA SILVA (titular) Marabá - ZACARIAS DE SOUSA COSTA (suplente)
MPE – Ministério Público Estadual	ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA (titular) LOUISE REJANE DE ARAÚJO SILVA (suplente)
OAB/PA – Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará	IBRAIM JOSÉ MERCÊS ROCHA (titular) AMÉLIA ALMEIDA DE OLIVEIRA (suplente)
DPE – Defensoria Pública Estadual	ROGÉRIO SIQUEIRA DOS SANTOS – Def. Pub Marabá (titular) ROSSIVAGNER SANTANA SANTOS – Def. Púb. Castanhal (suplente)
DPU – Defensoria Pública da União	—
CONSEP – Conselho Estadual de Segurança Pública	DPC RÔMULO RODOVALHO GOMES (titular) Cel PM ALEXANDRE MASCARENHAS DOS SANTOS (suplente)
TJPA - Tribunal de Justiça do Pará	RUBILENE SILVA ROSÁRIO – Juíza Titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (titular) RAIMUNDO RODRIGUES SANTANA – Titular da 5ª Vara da Fazenda Pública (suplente)
FUNAI – Fundação Nacional do Índio	JUSCELINO ARLINDO DO CARMO BESSA (titular) FRANCISCO JOSÉ BRASIL DE MORAES (suplente)
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil	Padre PAULO JOANIL DA SILVA (titular)
Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário no Pará	ANDREI GUSTAVO LEITE DE VIANA DE CASTRO – (titular) ADRIELLE LEAL DA SILVA (suplente)

Das Comissões

Relatório de Gestão - Ouvidoria Agrária

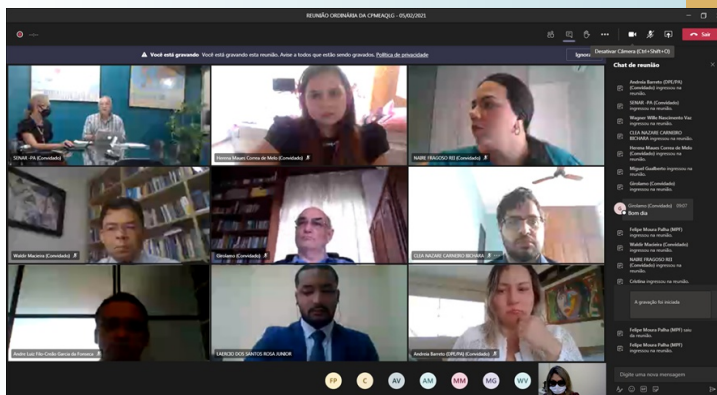


As reuniões ocorrem na primeira sexta de cada mês, no prédio sede do TJPA abertas ao público, gravadas em áudio e vídeo, assentadas em ata por taquigrafia (estenotipia), cujas deliberações reproduzem o entendimento dos membros da Comissão.

Os vídeos destas reuniões serão disponibilizados no Portal da Ouvidoria Agrária em breve.

Com a pandemia em 2020, pelo covid-19, foram necessários incrementos e habilidades para a realização de reuniões por videoconferência.

Notadamente, houve queda de rendimento na promoção das reuniões e esforços tem sido empenhados para a continuidade dos trabalhos.



2. Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Aperfeiçoamento das Questões Ligadas a Grilagem - CMPEAQLQ

Criada pela Portaria nº 271/2007-CP, pelo então Des. Milton Augusto de Brito Nobre, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, com o intuito de promover estudos sobre a questão fundiária, propor medidas junto aos poderes constituídos que objetivem o ordenamento fundiário.

Funciona sob a Presidência do Ouvidor Agrário, Des. Mairton Carneiro, o Ouvidor Agrário Adjunto, Dr. André Filo-Creão Garcia da Fonseca, e representantes dos órgãos fundiários, entidades institucionais, representantes de movimentos sociais, como a Procuradoria Geral do Estado (PGE), Instituto de Terras do Pará (ITERPA), Instituto de Colonização e reforma Agrária (INCRA), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Pará (MPE), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE), Superintendência do Patrimônio da União (SPU); Advocacia Geral da União (AGU), Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB), Associação dos Notários e Registradores do Estado do Pará (ANOREG), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAQRI-PA), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA).



Das Comissões

Relatório de Gestão - Ouvidoria Agrária

MEMBROS	ÓRGÃOS DA CPMEAQLG
Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO	Presidente da CPMEAQLG
MARIA TEREZA PANTOJA ROCHA (titular) JANYCE MARIA DE ALMEIDA VEIÇA (suplente)	PGE - Procuradoria Geral do Estado
TIAGO DE LIMA PEREIRA (titular) JOSÉ HILTON DA SILVA CUNHA (suplente)	ITERPA - Instituto de Terras do Pará
CAROLINE BASTOS DO AMARANTE (titular)	INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
FELIPE DE MOURA PALHA (titular) NICOLE CAMPOS COSTA (suplente)	MPF - Ministério Público Federal
IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA (titular) LUIZ GUSTAVO DA LUZ QUADROS (suplente)	MPE - Ministério Público Estadual
TIAGO MARÇAL LIMA (titular) AMANDA MARIA DA SILVA FERREIRA (suplente)	AGU - Advocacia Geral da União
MIQUEL FERNANDO VEIÇA GUALBERTO (titular) NAIRE ALVES FRAÇOSO REI (suplente)	OAB - Ordem Dos Advogados do Brasil - Seção Pará
ANDRÉIA MACEDO BARRETO (titular) ROSSIVAGNER SANTANA SANTOS (suplente)	DPE - Defensoria Pública do Estado
WAGNER VILLE NASCIMENTO YAZ (titular) YNGRID SOARES LEDA NORONHA (suplente)	DPU - Defensoria Pública da União
PAULO GILBERTO MURTA COSTA (titular) CARLOS ROBERTO LIBONATI MACHADO (suplente)	SPU - Superintendencia do Patrimônio da União
CLEOMAR CARNEIRO DE MOURA (titular) ANTÔNIO CARLOS APOLINÁRIO DE SOUZA CARDOSO (suplente)	ANOREG - Associação dos Notários e Registradores
GJROLAMO DOMENICO TRECCANI (titular) JOSÉ GONÇALVES DE MOURA NETO (suplente)	FETAGRI- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará
ANTONIO ALBERTO DA COSTA PIMENTEL (titular) STEPHANIE VIEIRA BRITO (suplente)	SPDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
MARIA MADALENA DOS SANTOS (titular) ANDRÉIA APARECIDA SILVÉRIO DOS SANTOS (suplente)	CPT - Comissão Pastoral da Terra
MARIO ALFREDO SOUZA SOLANO (titular) ELIANA FRANÇA DOS SANTOS ZACCA (suplente)	FAEPA - Federação da Agricultura e Pecuária no Pará

A partir do ano de 2019, à convite do Ouvidor Agrário, Des. Mairton Carneiro, os juízes das Varas Agrárias de Castanhal, Altamira, Marabá, Redenção e Santarém, tomaram assento nas reuniões da CPMEAQLQ, em razão da regionalização e judicialização das áreas envolvendo a questão fundiária.

As reuniões ocorrem na primeira sexta feira de cada mês, no prédio sede. São abertas ao público, gravadas em áudio e vídeo, assentadas em ata por taquigrafia (estenotipia), cujas deliberações reproduzem o entendimento dos membros da Comissão. Com a pandemia pelo Covid-19, as reuniões estão sendo realizadas por videoconferência, de forma gradual.

Ao longo do biênio 2019-2021, a CPMEAQLQ vem ganhando destaque no combate a grilagem de terra, graças ao incessante trabalho na identificação dos números reais de matrículas bloqueadas, canceladas e requalificadas junto aos Cartórios de Registro de Imóveis do Pará, com base nas decisões da Corregedoria Geral de Justiça, visando a garantia da segurança jurídica das propriedades regularmente matriculadas.

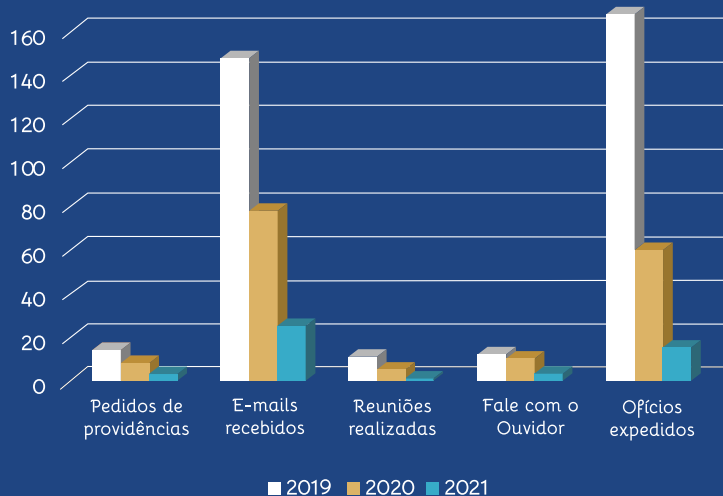
Merece destaque o trabalho da CPMEAQLQ, no biênio de 2019/2020, que entrevistou, por seus representantes da PGE, INCRA e MPF, no processo em tramitação na Vara de Falências e Recuperação Judicial do Foro Central de Curitiba onde uma empresa do Paraná, através dos administradores da massa falida, tentavam o leilão uma área de 2,5 mil km² no arquipélago do Marajó, nos municípios de Gurupá, Anajás, Breves, Portel e Açuá. No processo judicial o leilão foi cancelado e a pretensão dos autores encerrada.



Dos Resultados

Os resultados alcançados no biênio de gestão 2019-2021 são referentes às principais atividades desenvolvidas na Ouvidoria Agrária e estão expressos na Figura 2:

Resultados das Atividades da OA



Pode concluir que o maior quantitativo de diligências foi realizado por meio do recebimento de e-mails e ofícios expedidos, em atendimento às diversas solicitações. Também se observa que mesmo em meio ao contexto da Pandemia COVID-19, em 2020, houve um número expressivo das atividades anteriormente citadas, a fim de promover a efetividade da solução de conflitos fundiários, urbanos, rurais, ambientais e minerários.

Dos Avanços

No biênio 2019-2021, com entusiasmo, comprometimento e resiliência, resultados expressivos foram alcançados na gestão do Desembargador Mairton Marques Carneiro, a frente da Ouvidoria Agrária:

1. Novas Instalações da Ouvidoria Agrária

No decorrer de 2019, a Ouvidoria Agrária funcionou no Anexo IV do Fórum Criminal, 2º pavimento, sito à Rua Tomázia Perdigão, 226, no bairro da Cidade Velha, em espaço amplo e estruturado. Após visita institucional do Presidente Leonardo de Noronha Tavares, vislumbrou a necessidade de garantir a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, assim, em dezembro de 2020, a Ouvidoria Agrária passou a funcionar na Avenida Conselheiro Furtado, 2949, São Brás (Casa Amarela 1) que agora conta com espaço amplo e com acessibilidade.

2. Participação dos Juízes Agrários nas Reuniões

Nas reuniões das Comissão de Mediação e Conflitos Fundiários (CMCF) e Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (CPMEAQLQ), a partir de 2019 os juízes das Varas Agrárias de Castanhal, Altamira, Marabá, Redenção e Santarém, tomaram assento, em razão regionalização e judicialização das áreas envolvendo a questão fundiária e na busca de soluções mediativas para os conflitos.

3. Transmissão das Reuniões ao vivo e em tempo real

As reuniões passaram a ser transmitidas ao vivo e em tempo real, a partir de 2019, para maior acompanhamento dos órgãos fundiários e publicidade de suas decisões.

4. Implementação do Espaço de Leitura

Proposto e implementado em 2019, o Espaço de Leitura, criado na Ouvidoria Agrária, com o fim de promover o conhecimento técnico e científico, bem como a difusão de informações relacionados às questões agrárias, disponibilizados ao público em geral.

5. Realização de Reuniões por Videoconferência

Com a pandemia em 2020, pelo covid-19, foram necessários incrementos e habilidades para a realização de reuniões por videoconferência, que tomou-se importante aliado na prestação jurisdicional, em ampla expansão.

6. Relatório Semanal de Produtividade dos Servidores

Importante documento destinado a registrar dados relativos ao desempenho de cada funcionário na sua atividade seja ela presencial ou em home office. O próprio servidor, lança sua produção desempenhada diariamente e individualmente. É possível avaliar o desempenho do servidor no dia a dia, observando suas habilidades e necessidades. Na Ouvidoria Agrária estes relatórios são apresentados semanalmente, conforme determinação do Des. Mairton Carneiro à Secretaria, que depois de conferido e assinado, repassa ao ouvidor agrário com as prenotações necessárias;

7. Atualização do Portal da Ouvidoria Agrária

Em 2019, o Portal da Ouvidoria Agrária foi reformulado e ganhou destaque. Ainda em fase de testes, brevemente, terá incrementos significativos;

8. Criação do Projeto de Lei da "Ouvidoria Fundiária"

Tramita um Projeto de Lei que reestrutura a Ouvidoria Agrária, transformando-a em Ouvidoria Fundiária. Este projeto foi idealizado inicialmente pelo Ouvidor Agrário Adjunto, Dr. André Filo-Creão Garcia da

Fonseca e em seguida encampado pelo Ouvidor Agrário, Des. Mairton Marques Carneiro. As mudanças são significativas e irão alavancar cada vez mais as ações que envolvem conflitos coletivos rurais, abrangendo urbanos.

9. Galeria dos Ouvidores Agrários

Está em fase de implantação a Galeria dos Ouvidores Agrários do Tribunal de Justiça, a exemplo das existentes nas Corregedorias e nos Fóruns Civil e Criminal, relativos aos respectivos ocupantes das funções.

No âmbito deste departamento, pretende-se resgatar e implantar a memória histórica das atividades e dos magistrados incumbidos de tarefas da magnitude institucional e social da mediação e administração de conflitos no campo, valendo como referência especial devoção do saudoso desembargador Otávio Marcelino Maciel.

Quadro 1 - Ouvidores Homenageados

<i>Desembargador</i>	<i>Ato normativo de nomeação</i>	<i>Período de Atuação</i>
Otávio Marcelino Maciel	Portaria nº 0102/2002 - GP	Jan/2002 - Nov/2016
José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior	Portaria nº 5403/2016 -GP	Nov/2016 - Mar/2017
Rosí Maria Gomes de Farias	Portaria 1271/2017 - GP	Mar/2017 - Mar/2019
Mairton Marques Carneiro	Portaria 1531/2019 -GP	Mar/2019 - Atualmente



*Des. Otávio Marcelino Maciel
(In memoriam)*



*Des. José Roberto Pinheiro Maia
Bezerra Júnior*



Desa Rosi Maria Gomes de Farias



Des. Mairton Marques Carneiro

Dos ganhos do Judiciário

1

Prestação jurisdicional proativa, célere e mais econômica ao Poder Judiciário Paraense, utilizando as ferramentas tecnológicas entre os órgãos fundiários e o TJPA

Emissão de relatórios periódicos sobre as atividades desenvolvidas e ou iniciativas que visem aprimorar a prestação jurisdicional

2

3

Permitir, se possível, nas ações ajuizadas nas varas agrárias, políticas de mediação de conflitos

Maior proximidade do cidadão aos projetos desenvolvidos da Ouvidoria Agrária

4

Dos projetos

1. Projetos da Ouvidoria Agrária, 2019-2021, de autoria do Des. Mairton Marques Carneiro, atual Ouvidor Agrário

1.1. Acordo de cooperação técnica para realização do Sistema de Informações Geográficas Fundiárias – SIG-Fundiário

Foi criado com base na necessidade de aprimorar a gestão fundiária, agrária e ambiental no estado do Pará, aplicando a metodologia de digitalização dos processos administrativos dos órgãos de origem e dos registros de imóveis, com homologação, sistematização e controle de acesso à informação.

1.2. Projeto de Lei que transforma da Ouvidoria Agrária em Ouvidoria Fundiária

Na proposição deste projeto busca-se avançar na melhor solução de conflitos não só no meio rural, como também em meio urbano, voltando-se para ações proativas junto aos membros dos órgãos fundiários.

Nesse Projeto, o Núcleo de Mediação de Conflitos do TJE, trabalha uma importante ferramenta chamada SIGEO (sistema de georreferenciamento) que passará a integrar a Ouvidoria Fundiária, cuja estrutura funcional abará maior efetividade nas ações voltadas ao mapeamento das áreas onde estão incidindo o conflito.

1.3. Projeto de Aproveitamento de Resíduos Sólidos

O Projeto de Aproveitamento de Resíduos Sólidos, visa a aplicação no campo. Neste projeto o papel da Ouvidoria Agrária é o de facilitar ao homem do campo a aquisição de propriedade rural onde possa trabalhar e fixar-se, além de diminuir os danos ambientais relacionados à disposição inadequada de resíduos sólidos, problemática recorrente na Região Metropolitana de Belém.

Agradecimentos

Pelo contributo dispensado nas inúmeras modificações e reestruturações ocorridas na Ouvidoria Agrária no biênio 2019-2021:

- Des. Leonardo de Noronha Tavares, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará no biênio 2019/2021;
- Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- Gabinete da Presidência;
- Secretaria de Administração;
- Secretaria de Informática;
- Secretaria de Engenharia e Arquitetura;
- Secretaria de Gestão de Pessoas;
- Secretaria de Controle Interno;
- Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças;
- Secretaria do Fórum Criminal;
- Secretaria do Fórum Cível;
- Coordenadoria Militar;
- Coordenadoria de Imprensa;
- Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém;
- Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior;
- Biblioteca do TJPA.

